

VERIFICAÇÃO SUPLEMENTAR – 2023.2

Quadro Definitivo de Respostas

	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					

1) (VUNESP - 2022 - TJRJ – Juiz Leigo) A respeito das taxas, é correto afirmar, com base na legislação tributária nacional, que:

- a sua fórmula de cálculo não pode incorporar elemento também utilizado na base de cálculo de imposto, ainda que não haja coincidência total quanto aos demais elementos da fórmula.
- ao contrário dos impostos e das contribuições, não estão sujeitas aos princípios tributários da legalidade e da anterioridade, podendo ser criadas e modificadas por decreto do chefe do Poder Executivo.
- a definição do critério quantitativo da regra matriz de incidência tributária das taxas deve guardar correlação com o custo para o Estado do exercício do poder de polícia ou da prestação do serviço público.
- a competência tributária para o estabelecimento das taxas é livre para qualquer ente da federação, independentemente da competência constitucional para a prestação do respectivo serviço público ou exercício de poder de polícia.
- diferem dos preços públicos em razão da compulsoriedade destes, em contraposição à facultatividade daquelas.

2) (FCC - 2022 - SEFAZ-AP - Auditor da Receita Estadual - Adaptada) Suponha que a União, depois de ter decretado estado de calamidade pública em 2022, resolvesse instituir, por meio de publicação no Diário Oficial, já em dezembro de 2022, empréstimo compulsório sobre o consumo de combustíveis, para fazer frente às despesas extraordinárias decorrentes dos prejuízos causados pela referida calamidade. Nesse caso, a União

- não poderia instituir este tributo, tendo em vista que a competência para sua instituição seria dos Estados atingidos pela calamidade, e sua efetiva cobrança poderia ser feita em 2022, não se aplicando neste caso a anterioridade anual ou nonagesimal.
- poderia instituir este tributo e sua efetiva cobrança deveria ser feita a partir de 01/01/2023, em observância ao princípio da anterioridade anual.
- poderia instituir este tributo e sua efetiva cobrança deveria ser feita em 2023, observando-se, além da anterioridade anual, a anterioridade nonagesimal.
- poderia instituir este tributo e sua efetiva cobrança poderia ser feita em 2022, não se aplicando, neste caso, a anterioridade anual ou nonagesimal.
- não poderia instituir este tributo, tendo em vista que a competência para sua instituição seria dos Estados atingidos pela calamidade, e sua efetiva cobrança deveria ser feita a partir de 01/01/2023, em observância ao princípio da anterioridade anual.

3) (VUNESP - 2022 - AL-SP - Procurador da Assembleia Legislativa - Adaptada) A respeito dos conceitos de “imunidade”, “não incidência”, “alíquota-zero” e “isenção”, assinale a alternativa que associa corretamente o conceito à sua explicação.

- Alíquota-zero: o estabelecimento, sempre por lei complementar, de obrigação tributária sem conteúdo econômico, devido à fixação de forma de cálculo do tributo que resulta em pagamento nulo.
- Imunidade: situações objetivamente não previstas na regra matriz de incidência tributária como geradoras da obrigação tributária, ainda que dentro do âmbito de competência constitucional do ente público tributante.
- Isenção: exclusão do crédito tributário, configurada no afastamento, por lei, dos efeitos da incidência da norma tributária impositiva que, de outro modo, implicaria a obrigação de pagamento do tributo, seja em respeito à capacidade contributiva, seja por razões de cunho extrafiscal.
- Não incidência pura: norma negativa de competência constante do texto constitucional, que afasta dos entes públicos o poder de exercer sua prerrogativa tributária sobre certas pessoas ou situações.
- Imunidade: exclusão do crédito tributário que surge com a obrigação tributária, em razão de norma constitucional que, ao amparo de consideração de ordem extrafiscal, afasta os efeitos da incidência da norma tributária sobre certas situações

4) (FGV - 2022 - PGE-SC - Procurador do Estado - Adaptada) A Cia. de Águas do Estado Alfa S/A, sociedade de economia mista estadual responsável pelo abastecimento de água, explora tal atividade em regime de exclusividade (sem concorrentes) no território estadual e possui ações negociadas em bolsa de valores adquiridas por acionistas privados. Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) incide COSIP sobre o fornecimento de água tratada à população por parte de tal empresa estatal;
- b) o fato de que tenha ações negociadas em bolsa de valores, adquiridas por acionistas privados, impede que goze de imunidade tributária recíproca;
- c) o valor cobrado por tal empresa estatal pelo fornecimento de água tratada à população é atualmente qualificado como espécie tributária de contribuição;
- d) tal empresa estatal faz jus apenas à imunidade tributária de IPTU dos imóveis onde funcionam as estações de tratamento de água, por estarem afetados à prestação de serviço público essencial;
- e) tal empresa estatal faz jus às imunidades tributárias de impostos por prestar serviço público essencial em regime de exclusividade (sem concorrentes), ainda que possua ações negociadas em bolsa de valores.

5) (IBADE - 2022 - Prefeitura de Colíder - MT - Advogado- Adaptada) No auxílio a preservação da garantia de segurança que o contribuinte deve possuir com o Estado, podemos citar os Princípios Tributários. Nesse sentido, é INCORRETO afirmar ser um dos Princípios Tributários da Constituição Federal de 1988:

- a) imperatividade.
- b) legalidade.
- c) uniformidade geográfica.
- d) liberdade de tráfego.
- e) isonomia.

6) (Instituto Access - 2022 - CELEPAR - PR - Advogado Pleno - Adaptada) O Fisco não pode cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e não pode cobrar tributos antes de decorridos 90 dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Essa regra se aplica a(o)

- a) Imposto de Importação.
- b) ICMS monofásico sobre combustíveis.
- c) IOF.
- d) base de cálculo do IPTU.
- e) revogação de benefício fiscal.

7) (OBJETIVA - 2021 - Prefeitura de Santa Maria - RS - Auditor Fiscal Municipal) De acordo com a Lei nº 5.172/1966, sobre competência tributária, analisar a sentença abaixo: *A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena (1ª parte). A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida*

por uma pessoa jurídica de direito público a outra (2ª parte). Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos (3ª parte). A sentença está.

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) Correta somente em sua 3ª parte.
- e) Totalmente incorreta.

8) (CPCON - 2022 - Câmara Municipal de Souza - PB - Procurador Jurídico) Acerca da competência tributária, é CORRETO afirmar que:

- a) A atribuição não pode ser revogada por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.
- b) Constitui delegação de competência o cometimento a pessoas de direito privado do encargo ou da função de arrecadar tributos.
- c) O não-exercício da competência tributária a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.
- d) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.
- e) A competência tributária é indelegável e a atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, constitui delegação de competência, vedada pela Constituição Federal.

9) (FCC - 2022 - SEFAZ-PE - Auditor Fiscal do Tesouro Estadual - Conhecimentos Específicos) A Constituição federal, no que se refere à repartição das receitas tributárias, estabelece que

- a) 50% do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos pertence ao Município no qual o veículo tiver sido utilizado, na maior parte do tempo, no ano anterior.
- b) a União entregará ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal 50% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.
- c) pertence aos Municípios todo o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por esses Municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- d) a fração de 35% da cota parte dos Municípios, na arrecadação do ICMS, será distribuída conforme lei de cada Estado; todavia, pelo menos 10% devem ser distribuídos com base em indicadores de educação e mortalidade infantil.
- e) 30% do produto da arrecadação da CIDE Combustíveis será entregue pela União aos Estados e ao Distrito Federal.

10) (FGV - 2022 – PGE-SC – Procurador do Estado - Adaptada) Em matéria tributária, a Constituição da República de 1988 reserva alguns temas para serem regulamentados por meio de leis complementares. A única matéria tributária em que NÃO se exige lei complementar para sua instituição é:

- a) instituição de regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para as microempresas e para as empresas de pequeno porte;
- b) instituição de empréstimos compulsórios;
- c) instituição efetiva do ISS pelos Municípios em nível local;
- d) instituição de impostos residuais da União;
- e) instituição de contribuições de seguridade social residuais.

11) (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGM Recife - PE - Procurador Judicial Municipal) São, conforme o CTN, normas complementares das leis tributárias.

- a) os tratados e convenções internacionais.
- b) os decretos.
- c) os enunciados das jornadas de direito tributário.
- d) as decisões do STF em repercussão geral.
- e) as decisões colegiadas dos órgãos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa.

12) (Instituto UniFil - 2022 - Câmara de Mandaguá - PR - Advogado - Adaptada) Sobre os sujeitos da

obrigação tributária, de acordo com os termos do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta.

- a) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
- b) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador.
- c) O sujeito passivo da obrigação principal diz-se responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição expressa de lei.
- d) Sujeito ativo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.
- e) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.

13) (FGV - 2021 - SEFAZ-ES - AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL - Adaptada) Lei ordinária do Estado X prevê a quitação de débitos tributários estaduais por meio de dação em pagamento de bens imóveis, após prévia avaliação e aceitação pela Secretaria Estadual de Fazenda. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei estadual ordinária poderia instituir esta modalidade de pagamento de tributos.
- b) A dação em pagamento por meio de bens imóveis deveria ser instituída por lei estadual complementar.
- c) Apenas a dação em pagamento por meio de bens móveis é admitida pelo Código Tributário Nacional.
- d) A Constituição não admite pagamento de tributo em espécie distinta de moeda (dinheiro).
- e) O Código Tributário Nacional não admite pagamento de tributo em espécie distinta de moeda (dinheiro).

14) (INSTITUTO AOCP - 2022 - PC-GO - Delegado de Polícia Substituto) No que diz respeito às hipóteses que extinguem, suspendem e excluem o crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- a) A moratória sempre será concedida em caráter geral.
- b) O parcelamento constitui-se causa de extinção do crédito tributário.
- c) A transação constitui-se causa de extinção do crédito tributário.
- d) Anistia, isenção e remissão são causas que excluem o crédito tributário.
- e) A compensação constitui-se causa de suspensão do crédito tributário.

15) (FGV - 2022 - Câmara de Taubaté - SP - Consultor Legislativo) Você, como Consultor Legislativo da Câmara Municipal de Taubaté (SP), é instado a se manifestar sobre quais, dentre as listadas a seguir, constituem causas de extinção do crédito tributário, nos termos do Código Tributário Nacional (CTN). Você assinala, corretamente:

- a) compensação, consignação em pagamento e moratória.
- b) isenção, conversão de depósito em renda e prescrição.
- c) pagamento, decadência e anistia.
- d) pagamento, transação e remissão.
- e) decisão judicial passada em julgado, dação em pagamento de bens imóveis e parcelamento.

16) (FUNDATEC - 2022 - Prefeitura de Porto Alegre - RS - Procurador Municipal - Adaptada) Em relação às medidas que suspendem a exigibilidade do crédito tributário, é correto afirmar que:

- a) O parcelamento será concedido na forma e nas condições estabelecidas em decreto específico.
- b) A moratória, quando concedida por meio de decreto, deve observar o princípio da anterioridade de exercício.
- c) O depósito do montante integral pode ser feito apenas no início do processo judicial em que o débito é discutido.
- d) A medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário e pode ser concedida pelo Juiz quando houver fundamento relevante e quando do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida.
- e) As reclamações e os recursos apresentados pelo contribuinte suspendem a exigibilidade do crédito tributário, desde que acompanhados de garantia patrimonial.

17) (FCC - 2022 - PGE-AM - Analista Procuratorial) As regras da aplicação da legislação tributária no tempo constituem importantes garantias dos contribuintes. A respeito do tema, nos termos expressos no Código Tributário Nacional, é correto afirmar:

- a) A extinção de previsão normativa de tributo por lei nova constitui remissão do crédito tributário.
- b) A majoração do tributo aplica-se a fatos pretéritos, desde que haja previsão expressa.
- c) A lei que tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização ou amplie poderes de investigação das autoridades é aplicável ao lançamento, ainda que vigente somente posteriormente à ocorrência do fato gerador.
- d) A extinção de obrigação acessória torna indevida multa aplicada pelo seu descumprimento, em razão da retroatividade da lei mais benéfica, em qualquer caso.

- e) O despacho que concede anistia, em caráter individual, gera direito adquirido, não podendo ser revogado por decisão administrativa posterior.

18) (IBADE - 2022 - SES-MG - D01 - Adaptada) Luan Gonçalves, contribuinte de direito, realizou o pagamento antecipado de tributo sujeito à lançamento por homologação. Acontece que, o tributo foi recolhido a maior do que devido em face da legislação tributária aplicável. Em exame posterior a autoridade fazendária, verificou o regular pagamento do tributo, não se manifestando sobre os valores excedentes, e, por assim, extinguiu-se o crédito tributário. Dessa forma, acerca da ação de repetição do indébito tributário, o direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de

- a) 3 anos, computados a partir da data da decisão final na esfera administrativa.
- b) 4 anos, computados a partir da data da decisão final na esfera administrativa.
- c) 4 anos, computados a partir da data da extinção do crédito.
- d) de 2 anos, computados a partir da data da extinção do crédito.
- e) 5 anos, computados a partir da data da extinção do crédito.

19) (FAU - 2022 - Prefeitura de Ponta Grossa - PR - Adaptada) Para participar de uma licitação pública, os interessados devem comprovar a regularidade da sua situação fiscal perante a Fazenda Pública. O documento que deve ser apresentado é a Certidão de Débitos para demonstrar sua situação perante o órgão. Assinale a única alternativa que apresenta uma hipótese em que a Certidão emitida seria na situação Positiva com Efeitos de Negativa:

- a) Contribuinte apresentou um Recurso contra Auto de Infração após o prazo legal para sua manifestação.
- b) Contribuinte possui um parcelamento de débito que está com duas parcelas em atraso.
- c) Contribuinte pleiteou tutela antecipada em uma ação anulatória ainda pendente de apreciação pelo juízo.
- d) Contribuinte possui débito tributário com vencimento para o mês seguinte.
- e) Contribuinte depositou parcialmente em juízo o valor cobrado pela Fazenda Pública.

20) (FEPESE - 2022 - CINCATARINA - Analista Técnico IV - Advogado) De acordo com o Código Tributário Nacional, a garantia e o privilégio do crédito tributário: 1. presume fraudulenta a alienação de bens após a inscrição do débito em dívida ativa. 2. não atinge os bens gravados pelos devedor com cláusula de impenhorabilidade. 3. assegura que a extinção das obrigações do falido requer a prova da quitação de todos os tributos. 4. não é permitido ao juízo determinar a indisponibilidade dos bens do devedor. Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas

- a) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- b) São corretas apenas as afirmativas 1 e 3.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- d) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 4.
- e) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

GABARITO

Alternativa/ Questão	A	B	C	D	E
1			X		
2				X	
3			X		
4		X			
5	X				
6					X
7	X				
8				X	
9			X		
10			X		
11					X
12				X	
13	X				
14			X		
15				X	
16				X	
17			X		
18					x
19				X	
20		X			